

Dívida: Sarney quer agir.

O presidente pode participar da próxima rodada de negociação da dívida externa brasileira. Para o assunto adquirir uma maior dimensão política.

O presidente José Sarney está disposto a participar pessoalmente da próxima rodada de negociações da dívida externa brasileira, de modo a dar ao assunto uma dimensão política. Segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, o presidente vem mantendo nos últimos dias contatos sistemáticos com o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, a fim de se informar sobre as reações das autoridades do governo norte-americano e da comunidade financeira internacional ao Novo Cruzado.

Segundo as expectativas do Palácio do Planalto, o início formal da próxima rodada de negociações da dívida externa brasileira deverá ter início na primeira quinzena de julho, com a ida do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, aos Estados Unidos e Europa.

Bresser levará consigo, nesta viagem, cópias do plano macroeconômico que ele deve entregar ao presidente Sarney já na próxima semana. A maior preocupação do plano é com a retomada do crescimento econômico, e com a conquista de estabilidade no balanço de pagamentos.

O governo pretende obter na negociação da dívida externa prazos de 15 e 16 anos para o pagamento, garantia de rolagem de pelo menos 50% dos juros devidos, menores **spreads** (taxas de risco) e maior prazo de carência. O governo espera também um acordo plurianual, de modo a que o País tenha mais tranqüilidade para planejar sua economia a médio prazo.

O presidente José Sarney entende, contudo, que deve ser dada uma dimensão política à negociação da dívida externa, e, para isto, está disposto a dela participar, no primeiro momento em que julgar necessária esta participação, que se daria através de contatos de alto nível com autoridades dos governos dos países desenvolvidos.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, é necessário que nesta próxima negociação da dívida externa o governo consiga dos credores garantia de não interrupção do fluxo de recursos para o País. Do lado dos governos desenvolvidos é preciso conseguir formas de apoio que garantam a abertura dos seus mercados às exportações brasileiras. Além de querer o refinanciamento de 50% dos juros devidos aos bancos privados, o governo brasileiro vai tentar também rolar 100% dos juros devidos às instituições oficiais (Banco Mundial, BID, Clube de Paris etc).

Estados Unidos

O Brasil precisa de US\$ 7,2 bilhões de dinheiro novo este ano para fechar suas contas, informou ontem, o senador Virgílio Távora, que segue hoje para os Estados Unidos, juntamente com o presidente e o relator da comissão especial do Senado que investiga a dívida externa: senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), respectivamente.

Távora, vice-presidente da comissão, informou que terão encontros com a direção do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, com os subsecretários de Estado e do Tesouro, com o **Federal Reserve**, congressistas norte-americanos e setores acadêmicos. O objetivo, informou, é mostrar a união do povo brasileiro em torno de seus objetivos de manter o crescimento econômico e a disposição de pagar a dívida externa sem que isto comprometa a meta de crescimento de 5% este ano, 6% em 1988 e de 7% nos próximos anos. Além do superávit comercial de US\$ 8,5 bilhões em 1987 e de US\$ 10 bilhões nos próximos anos.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, reiterou as explicações de Távora, enfatizando o fato de que a comitiva é composta por políticos de expressão de três partidos diferentes, com o objetivo de mostrar, através da união de representantes populares, que a sociedade brasileira não aceita uma renegociação da dívida que imponha a recessão ao País ou o monitoramento do Fundo Monetário Internacional.

Empresários cobram